

Dossiê: Direitos Humanos, Ética e Democracia em Tempos Sombrios

Apresentação

Tempos sombrios

Solon Eduardo Annes Viola ¹

Clodoaldo Meneguello Cardoso²

A escolha da linha mestra que orienta – *Direitos Humanos, Ética e Democracia em Tempos Sombrios* - este dossiê da *Revista Interdisciplinar Direitos Humanos*, edição 9, do Observatório de Educação em Direitos Humanos da Universidade Estadual Paulista, campus de Bauru vem a público em um momento sócio-político muito apropriado.

Nossa sociedade de origem colonial, constituída de privilégios – de terras e seres humanos – e disposta a considerar o pensamento dos dominantes como orientador do bem viver, desconhece as lutas internacionais dos séculos XVIII a meados do século XX como movimentos produzidos em nome de liberdade, igualdade e fraternidade. Mesmo quando em busca da soberania, de forma republicana para a condução do Estado ou, em processos específicos por direitos sociais e econômicos, não atribuíamos a estas lutas as dimensões clássicas como direitos em defesa da vida.

Foi somente na segunda metade do século passado que o discurso dos direitos humanos se fez presença ativa nos debates nacionais. Tragicamente, como farsa e ironicamente como ilusão, o tema chegou acompanhando os debates de um período de oscilações internas e internacionais. Externamente a polissemia

1 Doutor em História e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS.

2 Professor de Filosofia e doutor em Educação. Coordenador do Observatório de Educação em Direitos Humanos / UNESP.

dos direitos humanos se originara das alianças políticas que resultaram na vitória sobre a – até então – inédita experiência de Estados nacionais, aptos a assumirem como políticas oficiais, a segregação racial e o extermínio físico de povos e de indivíduos. Esses últimos por razões de pensamentos dissidentes ou por comportamentos considerados ofensivos a uma certa moral conservadora.

No pós-segunda guerra os aliados mantêm acordos e desconfianças. Dos primeiros resulta a plural e múltipla Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e tratados geo-políticos que reorganizaram as estruturas dos estados nacionais. Dos segundos decorreram as exigências bélicas da corrida armamentista – com todos os investimentos de tecnologia – e a concepção teórica da guerra fria com seus avanços contemporâneos no campo econômico e seu incompreensível retrocesso político e ideológico. Surpreendentemente voltava-se ao maniqueísmo medieval e o discurso dominante pretendia dividir o mundo entre bons e maus.

A inacreditável – e simplista leitura de então – chegou ao Brasil repleta de demônios e santos. Encontraram aqui uma sociedade envolta em tempos difíceis, mas repletos de experiências ousadas. Havia uma ebulição cultural que transformava as estéticas da arte cênica e da arquitetura nacional. As gerações jovens compromissavam-se com os sonhos de superação da fome e da injustiça social. Mesmo o Estado nacional ousava – como poucas vezes fez – compromissos com setores sempre relegados a condição de uma vida próxima ao abandono.

Foi nesta quadra da vida que o discurso civilizatório dos direitos humanos desembarcou em terras de Pindorama. Vinha acompanhado de publicidades e ofertas de inúmeros produtos das calças de brim, das colas gaseificadas, das telas coloridas de hollywood, das portentosas indústrias das máquinas fordistas e produtividade taylorista, e dos sonhos encantados do modo estadunidense de viver. Para os idealizadores da guerra fria não importaria o preço a pagar, nem em relação aos pressupostos da democracia, mas, também, em relação à preservação da própria vida humana. Todo o custo seria insignificante desde que o triunfo dos aliados garantisse a liberdade do mercado e o compromisso com a política externa do norte ocidental.

Não se passou muito tempo e logo os clamores da dor vinda das catacumbas começaram a ressoar pelas ruas das cidades, escondidas em livros sagrados, ocultas em algum verso mais ousado, dita à boca pequena pelos muitos cantos do país. Neste momento o discurso dos direitos humanos abandonou as vestes de ilusão civilizadora ganhou corpo – e alma – e gradativamente criou raízes espalhando sonhos de liberdade, desejos de igualdade. Desfraldaram-se bandeiras contra a censura, pela liberdade de imprensa, falava-se em anistia, constituinte, eleições diretas. Até mesmo anunciavam-se sonhos de fraternidade em movimentos contra carestia, por moradia, por acesso a terra, por respeito a direitos de

multiplicidade de gênero e de raça. Até mesmo viu-se surgir tênues processos de defesa da natureza anunciando que sem ela não existe vida.

Os cantos dos pássaros, e outros cantos, começavam a anunciar um novo tempo de tensas disputas entre as frágeis experiências de democracia e a permanente experiência da hegemonia dos privilégios. Entre os anúncios não se deixavam de ouvir preconceitos vindos dos tempos do autoritarismo dispostos a proclamar, por todos os espaços das mídias já então corporativas, que “os defensores de direitos humanos” haviam se transfigurado de protetores de subversivos e terroristas em defensores de bandidos. Avessos ao reconhecimento da diversidade humana – tanto em suas dimensões individuais quanto sociais – logo as vozes do passado anunciariam que “os direitos humanos devem ser para os humanos direitos” estabelecendo deste modo uma divisão social clara entre os seres do bem e os demais. O maniqueísmo dos anos 1960/1980 retornava com novos figurinos e a mesma recusa da alternidade.

As experiências vividas neste ainda breve século XXI agravaram as cisões no interior da sociedade já agora, ao contrário da década de 1960, predominantemente urbana e profundamente desigual. Julgando-se ameaçados pelas incipientes políticas de distribuição de renda, os setores socialmente privilegiados retornaram as suas práticas históricas e, com novas estratégias de ação, recuperaram o controle do Estado agora sem uso das armas, mas com ampla aliança entre os setores do Estado. Entre eles parte do poder Executivo, a imensa maioria que nunca deixou de ter o controle do Poder Legislativo e parte considerável do Poder Judiciário.

Com novo formato e novos sujeitos, a experiência de supressão da ordem legal de 2016 repete a de 1964. Exitosa em seus objetivos – que em ambos os casos dispensa compromissos éticos com a verdade – traça planos e rotas voltados para repensar a sociedade, colocando-a a serviço do pensamento único e da economia do mercado internacional hegemônicos pelo capital financeiro.

Outra vez, como em meados do século XX, nenhum preço social é tão elevado que impeça a imposição de políticas econômicas nos mesmos moldes do que vem sendo imposto às sociedades ocidentais: asseguram a desregulamentação dos controles sobre o mercado, simplificam a apropriação privada das riquezas naturais, possibilitam a entrega das empresas públicas para o capital – preferencialmente internacional. Praticamente sem limites avançam sobre a legislação alterando as normas que regulamentam o trabalho e a previdência com o objetivo de reduzir custos, flexibilizar a alocação de mão de obra e diminuir custos do capital e do Estado. Com estas medidas o programa do governo nascido do golpe de abril/2016 concretiza seu plano de ação ironicamente denominado de “Ponte para o Futuro”. A arquitetura política é traçada com tamanha acuidade que aponta o futuro em uma ponte tão contemporânea, mas que remete às heranças coloniais, enquanto anuncia – para o presente e o futuro próximo – tempos som-

brios. Talvez porque, seus arquitetos esperam, também, projetar mais um dia que dure vinte e um anos.

O presente dossiê da Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos nasce da preocupação de seus organizadores com os possíveis efeitos destas mudanças sobre a sociedade brasileira – possivelmente a sociedade latino-americana – não só em suas relações com os direitos humanos, a dimensão ética da vida política e cultural, mas, também, com as crescentes ameaçadas à jovem e insegura democracia brasileira.

* * *

São oito trabalhos para estimular, subsidiar e provocar reflexões em quem acredita que a luta de resistência possa fazer brilhar novas esperanças neste céu obscurecido pelo conservadorismo, que paira sobre nossa sociedade.

O dossiê abre-se com dois textos de fundamentos teóricos sobre ética e democracia para pensar a conjuntura ética-política atual. No primeiro: *“Do interesse individual à responsabilidade comunitária: esboço genealógico dos direitos do outro”*, Castor Bartolomé Ruiz busca, nos filósofos da modernidade suporte, para caracterizar como “a lógica individualista invadiu todas as esferas da vida”. Contudo, seu objetivo é mostrar, a partir do pensamento de Lévinas, uma nova referência ética nas relações sociais: a alteridade da vítima.

No segundo, Giuseppe Tosi traz uma ampla análise sobre *liberalismo, democracia e socialismo* para justificar “a possibilidade de uma democracia ‘autenticamente popular’, [...] com aspiração igualitária, de justiça e de transformação social”, no interior do pensamento de Norberto Bobbio. Texto: *“Democracia, Liberalismo e Socialismo em Norberto Bobbio. Uma resposta a Vitullo e Scavo”*.

[...] alcançar um diagnóstico do tempo presente da situação da democracia na realidade brasileira, indicando-se os rumos e desrumos da res-publica”. é o propósito do trabalho de Eduardo Bittar. Nele encontramos um panorama preciso da crise econômica, política e moral brasileira e suas raízes na conjuntura global dos dias de hoje. O texto: *“Democracia e direitos humanos: diagnóstico do tempo presente a partir da realidade brasileira contemporânea”* avança os aspectos descritivos com uma análise reflexiva sobre fragilização da democracia e as violações aos direitos humanos.

Da Argentina, Néstor Manchini – no artigo: *Democracia. Memoria, resistencia y esperanza* – nos lembra que a Memória das graves violências impostas a grupos sociais e as lutas de resistência é um elemento fundamental para a consolidação da democracia com base nos direitos humanos. Para o autor, aprender com os erros do passado nos possibilita, neste fragmento de terceiro milênio, a pensar num “mundo novo e uma nova humanidade, marcados sob o signo dos direitos humanos”.

“Chile, una democracia consolidada luego de 27 años de luchas por la Justicia y la Verdad para las víctimas de la ditadura” é a contribuição de Boris Hau. O autor mostra o passo-a-passo de um longo e difícil caminho marcado por lutas políticas e batalhas jurídicas pela verdade, reparação e justiça para as vítimas da ditadura. A presença insistente do antigo ditador, que finalmente foi preso, não impediu o avanço paulatino da democracia e sua consolidação com a implementação de políticas de Verdade, Reparação e Justiça.

O olhar de João Ricardo Dornelles, sobre o mundo atual, vê os *“Direitos humanos em tempos sombrios: barbárie, autoritarismo e fascismo do século XXI”*. Uma crise econômica de proporção mundial traz uma avalanche neoliberal com “[...] um forte componente retrógrado e ultraconservador, atingindo em cheio as conquistas de direitos, as experiências de políticas públicas de governos de centro-esquerda e debilitando as práticas democráticas”. No campo ético as consequências ficam por conta do avanço do racismo, xenofobia, facismo e outras intolerâncias. O autor ilustra a tese com uma série de exemplos em diversas partes do mundo como: EUA, França, Oriente Médio, Síria, Venezuela e Brasil. Aqui destacam-se “[...] o golpe parlamentar-judicial de 2016 e os retrocessos em todos os campos dos direitos humanos [...]”.

O ensaio *“Para construir novos tempos outros: reflexões sobre democracias golpeadas”* de Paulo César Carbonari indica, pela linguagem poética, a intenção de revisitar inicialmente o sentimento amargo vivido diante da democracia golpeada. Assim, talvez o ânimo exaltado possa nos levar a ações para construir novos tempos. Depois, passando por diversos fragmentos reflexivos, não fragmentados, sobre: ‘desigualdade estrutural’, ‘clamor multitudinário de 2013’, ‘impeachment’, ‘parcialidade da justiça’, ‘democracia’, ‘poder econômico’, o autor “reafirma a convicção de que a democracia se faz como obra de construção dos dissensos que fazem emergir aqueles/as que historicamente ficaram à margem como suas vítimas”.

Fecha-se o dossiê mirando um futuro insurgente. É esse o objetivo da reflexão *“Educação em direitos humanos: compromisso ético-político com a democracia”* de Mónica Fernández, que se distancia das recomendações clássicas das Nações Unidas sobre EDH. Trata-se de uma nova teórica, anunciada por Boaventura de Souza Santos, Rodolfo Kusch e outros, que busca uma nova configuração epistemológica, ultrapassando as teorias eurocêntricas, colonialistas e patriarcais da modernidade ocidental. Nessa perspectiva, a educação em direitos humanos está em sintonia com a cultura latino-americana, implementando um processo de emancipação póscolonialista de seus povos originários.

O dossiê: *Direitos Humanos, Ética e Democracia em Tempos Sombrios* não tem a pretensão de plenitude e nem de verdade professoral. São ideias abertas e multifacetárias para alimentar o diálogo humano, intercultural e libertador – tão necessário nestes tempos sombrios.

O caminho percorrido para a elaboração do dossie recupera a recente tradição dos estudos acadêmicos sobre os direitos humanos, com seus conteúdos interdisciplinares. Por esta mesma razão procura comprometer-se não só com a dimensão rigorosa da dimensão acadêmica, mas também os compromissos que decorrem dos pressupostos de que os direitos humanos são componentes indispensáveis da democracia. A recusa dos primeiros significa a destruição inevitável da segunda.

Dezembro de 2017.